

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL – PORTARIA SUSEP Nº 7070

8 de março de 2018 (INÍCIO: 10:00h – TÉRMINO: 12:00h)

PARTICIPANTES:

- Joaquim Mendanha (Superintendente da SUSEP)
- Ícaro Leite (Diretor da SUSEP/DISOL)
- Carlos de Paula (Diretor da SUSEP/DICON)
- Marcelo Camacho (Diretor da SUSEP/DIORG)
- Paulo dos Santos (Diretor da SUSEP/DIRAD)
- Roberto Seabra (Coordenador/Analista da SUSEP/DISOL/CGMOP/COPRA)
- Sérgio Mendes (Analista da SUSEP/SEGER/COGET)
- Luiz Fernando Pillar (Representante da PF-Susep)
- Júlio César Pinto (Representante do Ministério da Fazenda)
- Lígia Jesi (Representante do Ministério da Fazenda)
- Armando Virgílio (Representante da Fenacor)
- Márcio Coriolano (Representante da CNseg)
- Alexandre Leal (Representante da CNseg)
- José Ismar Torres (Representante da Seguradora Líder)
- Robert Bittar (Representante da Funenseg)

1. O Superintendente da Susep abriu a reunião destacando que o objetivo da Comissão Especial é discutir a possibilidade de novos modelos para a operação do seguro DPVAT, e reforçou que pretende levar o assunto para a próxima reunião do CNSP já com alguma evolução nas discussões.
2. O Diretor da SUSEP/DISOL (e Coordenador da Comissão Especial) ressaltou que o novo modelo deve ser capaz de estancar as distorções verificadas no seguro DPVAT e destacou se tratar de um seguro com grande importância social.
3. O representante da CNseg afirmou que o foco da discussão deveria ser a operação do seguro em si, a qual não deve se confundir com a seguradora líder do Consórcio. Questionou se os recursos do DPVAT seriam de natureza fiscal. Ressaltou que os valores de indenizações estão congelados há 10 anos. E demonstrou preocupação que essas questões sejam tratadas no âmbito do Poder Legislativo, ao invés do Poder Executivo.
4. O representante da Funenseg afirmou que o DPVAT foi inovador em função da responsabilidade civil objetiva, se tornando um benefício social relevante. Ressaltou que o sistema é uma vítima da fraude e não o fraudador. Afirmou que o valor da indenização deve ser reavaliado. Destacou a importância dos corretores na operação do DPVAT em

função da sua capilaridade. E considerou que o repasse de 5% ao DENATRAN não atende ao seu propósito.

5. O representante da Seguradora Líder afirmou que a seguradora está trabalhando contra as fraudes e buscando otimizar a utilização dos recursos. Propôs aumento do valor da indenização, e que este pudesse ser concedido no âmbito do CNSP. Condenou a estigmatização que ocorre em relação ao seguro DPVAT. Informou que contratou uma consultoria internacional para estudar os modelos e práticas internacionais como forma de subsidiar o aperfeiçoamento do modelo atual, e solicitou uma reunião entre a referida consultoria e a Susep, que foi recusada pelo Superintendente da Susep, que afirmou que a relação da Autarquia deve ocorrer através das supervisionadas.
6. O representante da FENACOR destacou o caráter social do seguro DPVAT, o qual independe de pagamento ounexo causal. Lamentou a estigmatização da operação e afirmou que isso torna o modelo insolúvel, devendo haver uma discussão para se mudar essa visão. Destacou a dificuldade de se tratar do tema no âmbito do Poder Legislativo. Ressaltou que entende que a parcela dos recursos que vai para o seguro é de natureza privada. Afirmou que a ausência do corretor causa parte dos problemas do DPVAT, pois o mesmo presta um papel necessário e crê que deve ser permitida a participação do corretor de forma facultativa. Sugeriu que um percentual dos recursos fosse destinado aos corretores. E propôs que o projeto de Lei que trata do SOAT fosse debatido na Comissão.
7. O representante do Ministério da Fazenda afirmou que o desenho atual do seguro DPVAT não é adequado, pois não dá os incentivos corretos ao uso eficiente dos recursos, haja vista que a margem de lucro da administradora do consórcio é uma porcentagem atrelada ao valor do prêmio, que é calculado para atender, entre outras despesas, às despesas administrativas; e indicou que o novo modelo deveria alterar essa característica. Afirmou, ainda, que o presidente do CNSP já declarou que, dentro do que for possível no âmbito do Conselho, está disponível para debater as melhorias necessárias.
8. A representante do Ministério da Fazenda destacou que a falta de transparência na administração e na gestão dos recursos da operação gera essa estigmatização do seguro DPVAT. Reforçou que o foco deve ser deixar essa gestão clara para todos: sociedade, Susep e demais órgãos de controle. E destacou que a tecnologia deveria auxiliar na redução dos custos, na comprovação das prestações de serviços e no aumento da transparência como um todo.
9. O Diretor da SUSEP/DISOL solicitou que todos os documentos relevantes citados pelos representantes do mercado sejam encaminhados a ele.
10. O Superintendente da Susep informou que a próxima reunião está marcada para o dia 21 de março de 2018, às 10h, na sala de reuniões do 13º andar da Susep.